

o equívoco de punta del este

reportagem de rui mauro marini

«Palavras só não bastam» — declarou o sr. Jânio Quadros, ao lhe perguntarem sua opinião sobre a Conferência de Montevideu, considerada de importância vital para as classes dirigentes da América Latina. Mesmo no campo das palavras, entretanto, ou mais exatamente das promessas, a reunião do CIES foi decepcionante, para os que dela esperavam uma modificação espetacular da política norte-americana no Hemisfério. Na realidade, o que se obteve — além de compromissos sem maior garantia e a tradicional verba de consolação (500 milhões de dólares na Costa Rica, de 1 bilhão em Punta del Este) — o que se obteve, de fato, ali, foi a constatação de um equívoco.

o «plano marshall»

O principal resultado da conferência interamericana de Punta del Este para os que insistem em apresentá-la como um sucesso teria sido a obtenção, pelos governos latino-americanos, de um novo plano Marshall.

Este, segundo afirmação do presidente Kennedy, repetida pela imprensa e delegados presentes à Conferência, teria importado, para a Europa, em auxílio global de 12,5 bilhões de dólares, distribuído em cinco anos; enquanto que a Aliança para o Progresso traria, segundo se diz, para a América Latina, um influxo de capitais da ordem de 20 bilhões de dólares, num período de dez anos. A porcentagem que tal ajuda representaria, porém, sobre a renda latino-americana seria superior àquela que ensejou a ajuda norte-americana sobre a renda dos países europeus beneficiários do plano Marshall. Dentro dessa ordem de idéias, o atual plano dos Estados Unidos ultrapassaria de muito o que foi concebido, em 1947, para a Europa Ocidental, e que permitiu a esta levar a cabo sua formidável obra de reconstrução.

Chega a surpreender o primarismo desse raciocínio, para não dizer sua má-fé. Pois é evidente que a mais superficial comparação do que foi o plano Marshall com a projetada Aliança para o Progresso leva a conclusão inteiramente oposta. Basta, para isso, apontarmos algumas das muitas omissões e incorreções que vêm sendo veiculadas sobre o assunto.

tirando as aspas

A afirmação de que o plano Marshall, sem aspas, representou para os europeus auxílio externo de cerca de 12 bilhões de dólares é verdadeira apenas em parte. Para aceitá-la, seria preciso que nos ativésemos a estreito rigorismo verbal, considerando como «plano Marshall» somente a ajuda fornecida pelos Estados Unidos durante a vigência oficial do programa. Ora, a ajuda norte-americana inicia-se antes dessa vigência — com os acordos Keynes, para a Inglaterra, e Blum-Byrnes, para a França, respectivamente em 1945 e 1946. Quanto à Alemanha, desde a cessação das hostilidades, vinha ela recebendo auxílio norte-americano, sobretudo sob a forma de viveres distribuídos gratuitamente. No total, o auxílio norte-americano à Europa, antes da vigência do plano Marshall, importou em 14 bilhões de dólares.

O plano formulado pelo general Marshall, no discurso de Harvard constituiu exatamente um esforço de sistematização dessa ajuda, que os Estados Unidos já vinham prestando. Previsto para um período de cinco anos, sua duração, foi, no entanto, altamente irregular. Primeiro, porque teve o início de sua aplicação retardado, a fim de dar aos países beneficiários tempo para organizarem as instituições encarregadas de distribuí-lo (Organização Europeia de Cooperação Econômica e União Europeia de Pagamentos, notadamente), sendo precedido de um plano de emergência, que durou aproximadamente um ano (de julho de 1947 a maio de 1948). Segundo, porque, devendo expirar em 1952, não terminou simultaneamente para todos os países interessados; prolongando-se, em certos casos, até 1954.

Por outro lado, o fim da vigência do plano Marshall não marcou o fim da ajuda norte-americana à Europa. Dir-nos-ão que não se trata mais aí do plano Marshall. Ao que responderemos, perguntando que importância tem a denominação que se der, por exemplo, aos 2 bilhões de dólares que a França recebeu dos EE. UU. nos anos de 1954-1955, por conta do plano Marshall, dos off-shores, de contribuição ao esforço, de guerra (Indochina).

da farsa ao absurdo

A forma e a origem dos recursos que constituíram o plano Marshall não são também sem utilidade, para a compreensão do problema. Assinalemos, inicialmente, que a ajuda proporcionada pelos Estados Unidos à Europa, no pós-guerra, o foi, em sua maior parte, gratuitamente, sob a forma de dons (sobretudo em mercadorias — carvão, cereais, petróleo, bens de equipamento). Pouco importa que a «altivez» latino-americana prefira recebê-la sob forma de empréstimos: há aí uma diferença, e considerável. Os europeus, além disso, não hesitam em considerar como parte do plano Marshall as encomendas de material feitas pelos Estados Unidos às indústrias locais, material esse doado aos países beneficiários (foi a isso que se chamou off-shores). Tal procedimento é que permitiu, de resto, à Alemanha Ocidental reequipar sua indústria bélica e reconquistar a posição de grande potência militar.

Um segundo aspecto a ressaltar é que o plano Marshall foi um programa financiado exclusivamente pelos norte-americanos, sob a forma de dons ou empréstimos públicos. O que se propõe, agora, para a América Latina, é bem diferente: teremos (no caso

de o compromisso assumido pelo sr. Dillon concretizar-se) um auxílio constituído de capitais públicos e privados, oriundos dos Estados Unidos ou de outros países avançados. Ou seja: o atual «programa norte-americano» compreenderá o total das inversões estrangeiras feitas na América Latina, realizadas ou não pelos Estados Unidos, com fim lucrativo ou assistencial. Para completar a farsa, só falta retroagir sua data de vigência, digamos para 1945, quando poderemos incluir na Aliança para o Progresso mesmo os bilhões de dólares aqui investidos, desde então, pela Light, pela Esso, e demais trustes internacionais.

Resta a famosa porcentagem de ajuda sobre a renda. Essa porcentagem é elevada, para a América Latina, não tanto pelo montante da ajuda fornecida, mas pela insignificância da renda a que se aplica. E essa renda é insignificante por se tratar de países subdesenvolvidos. Isto quer dizer que, à diferença do que sucedia com os países da Europa Ocidental, estamos aqui em presença de países destituídos em sua maioria, de boa infra-estrutura econômica, lutando com falta de técnica e de mão-de-obra especializada, dotados de fraca capacidade de poupança. Em tais condições, torna-se mister não um auxílio moderado, mas investimentos maciços, destinados a criar a base imprescindível ao rápido desenvolvimento econômico.

Lembremos, a propósito, que, em 1959, a delegação cubana que compareceu à Conferência de Buenos Aires, chefiada por Fidel Castro, sugeriu um plano de auxílio no valor de 30 bilhões de dólares em dez anos. E completemos a observação, acrescentando que isso visava justamente a impedir que o desenvolvimento latino-americano apresentasse o infimo acréscimo anual de 2,5 — proposto, absurdamente, em Montevideu, pelo sr. Dillon.

Os julgamentos que se vêm fazendo sobre Punta del Este, e que partem do pressuposto de que se obteve ali um novo plano Marshall, repousam, portanto, sobre um equívoco. Outros equívocos estão sendo cometidos, nesse terreno, e deles tratamentos oportunamente.

P. S. — Não sendo leitor assíduo de sua coluna, foi com certo atraso que tomamos conhecimento do pedido de retificação que nos dirigiu (mas, com magnanimidade cristã, não exigiu) o sr. Gustavo Corção, a propósito do artigo que aqui publicamos sob o título «Considerações sobre um programa». Não fora o texto produzido pelo moralista, julgaríamos que se tinha enganado em uma letra — escrevendo retificação em vez de ratificação. Pois — em meio aos «desatento» e «estouvado» com que nos qualifica — outra coisa não fez o sr. Corção senão ratificar o que dissemos. Escrevemos, com efeito, que, na sua opinião, o estudante deve apenas estudar. O sr. Corção insurge-se contra nossa interpretação, sustentando jamais haver dito semelhante barbaridade, mas ter, ao contrário, afirmado sempre que o estudante deve apenas estudar. Teríamos ficado abismados, se não ténéssemos que isso estimulasse o moralista a nos dar lições. Quanto à questão de saber se o estudante deve estudar apenas «coisas escolares ou extra-escolares», inútilmente se procurará traço dela em nosso artigo. O sr. Corção cometeu um lapso, ao julgar divisá-la no que escrevemos. Não foi, de resto, o único: enganou-se, também, quando classificou a desatenção e o estouvamento entre as características da juventude. Na realidade, caracterizam muito mais a infância — tanto a primeira quanto a segunda.